

# PLURALISMO RELIGIOSO E DIÁLOGO

## APRESENTAÇÃO

“Convivei com todas as religiões em amizade e concórdia para que se inale em vós a doce fragrância de Deus” (Provérbio da Fé Bahai).

O presente Documento é resultado de vários encontros e muito diálogo. Ele quer ser uma orientação do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC) sobre a necessidade que todos temos de dialogar neste mundo caracterizado pelo pluralismo religioso.

Parte da premissa que Deus, por caminhos conhecidos só por ele, age na vida das pessoas de boa vontade em todas as religiões, inclusive, na vida daquelas que não professam nenhum credo religioso. A nós cabe nos associar a este projeto divino e buscar formas e meios de dialogar com esses irmãos e irmãs.

Diálogo só é possível quando nos colocamos em disposição de aprender e receber dos outros, vencendo preconceitos, revendo idéias preconcebidas e permitindo que nossa compreensão de religião seja purificada.

O CONIC deseja que este Documento, embora modesto, seja acolhido pelos fiéis de suas Igrejas-membro e que contribua para que todos cresçam em sua consciência e entusiasmo na construção de uma sociedade onde cada homem e cada mulher se sinta de fato filho e filha de Deus.

Dom Manoel João Francisco  
Presidente

## INTRODUÇÃO

A reflexão sobre o diálogo inter-religioso no CONIC se intensificou a partir do final da década de 1990 e início dos anos 2000, contexto em que o pluralismo religioso passou a ser tematizado. Desde então, foram realizados vários momentos de discussão e diálogo sobre o assunto. A Assembleia Geral Ordinária realizada em 2012 solicitou elaboração de diretrizes orientadoras para o diálogo inter-religioso.

Existe, entre as igrejas-membro e integrantes de comissões do CONIC, certa polarização entre abrir-se ao diálogo inter-religioso ou permanecer centrado apenas no diálogo ecumênico entre igrejas cristãs. O fator relevante e diferenciador que surgiu, nos últimos anos, foram os casos de violência provocada pela intolerância religiosa no Brasil, e o fato de o CONIC ter sido demandado em situações diferentes a se pronunciar e integrar espaços de promoção do diálogo entre religiões.

O ecumenismo é fruto do desejo de paz. O CONIC quer promover a paz e a justiça. Assume uma posição inequívoca quanto à defesa da liberdade religiosa e da superação da violência religiosa. Neste sentido, um documento orientador, aprovado pela Assembleia Geral Ordinária, realizada em 2015, pretende encorajar a prática do diálogo qualificado, sem temor de se perder a especificidade cristã do ecumenismo que caracteriza o CONIC. Diante de exemplos concretos em que o discurso religioso, inclusive em ambientes cristãos, é utilizado para justificar e legitimar a negação do

diferente, este documento quer subsidiar e promover uma posição aberta às diferentes expressões religiosas, na convicção de que o diálogo há de enriquecer todas as partes envolvidas. Afinal, o diálogo inter-religioso é parte integrante do testemunho cristão no mundo plural.

## 1-O PLURALISMO RELIGIOSO E A NECESSIDADE DO DIÁLOGO

O mundo é, hoje, cada vez mais religiosamente plural. Isto vale também para o Brasil. Nosso país foi, historicamente, identificado como um país católico romano. Contudo, já havia religiões indígenas muito antes da chegada dos portugueses. Com o sistema escravagista vieram expressões religiosas africanas, que posteriormente se configuraram como religiões afro-brasileiras. A partir do século XIX, por meio da imigração europeia, chegaram novas expressões – evangélicas – do cristianismo, que vieram a se constituir como igrejas. A chegada de missionários estadunidenses deu origem às igrejas de missão: anglicana, congregacional, presbiteriana, metodista, batista. Ao lutarem por sua cidadania plena, desafiaram a equação entre ser brasileiro e ser católico. Em 1890 foi estabelecida, sob forte influência positivista e liberal, a plena liberdade religiosa na república brasileira, abolindo o *status* de igreja oficial. No início do século XX desponta o pentecostalismo, que terá uma segunda forte onda nos anos 1950 e uma terceira nos anos 1970, com o surgimento do neo-pentecostalismo brasileiro.

O censo populacional de 2010 mostrou uma crescente diversidade religiosa no país. Houve declínio da pertença às igrejas tradicionais, sobretudo o catolicismo; crescimento do número dos assim denominados evangélicos, mormente pentecostais; aumento das pessoas que se identificam como “sem religião”. Constata-se um processo de “pentecostalização” em muitas igrejas históricas, com os variados movimentos carismáticos. É discreta, mas bastante visível, a presença do espiritismo e das religiões afro-brasileiras, bem como do judaísmo, do islamismo e de religiões de tradição oriental. Chama a atenção a forte mobilidade religiosa entre diferentes igrejas e religiões.

O pluralismo religioso brasileiro exige o conhecimento mútuo, o respeito, a convivência pacífica e a cooperação para garantir a cidadania e liberdade religiosa de todos/as. Isto significa que ninguém pode ser obrigado a ter ou praticar determinada religião. É a versão negativa desta liberdade. Positivamente, quem adotar determinada religião tem o direito de praticá-la, inclusive em público.

O Brasil é, desde a República, um Estado laico, ou melhor, neutro em assuntos de religião. Pela Constituição Federal, o Estado não pode subvencionar nenhuma religião, nem embaraçar-lhe o funcionamento. Isto, contudo, não significa que seja um Estado antirreligioso. Antes, quer manter-se equidistante de cada religião e garantir isonomia no tratamento a elas. Este aspecto exige uma atuação delicada e sensível, para evitar tanto um laicismo antirreligioso quanto a submissão a lobbies religiosos. Inclui, ao mesmo tempo, o decidido esforço para superar qualquer forma de violência e discriminação por motivos religiosos. Contribuir para garantir um espaço seguro e justo para todas as religiões é do interesse vital de cada uma delas, e, portanto, do CONIC e de suas igrejas-membro.

O Conselho Mundial de Igrejas (CMI), importante parceiro ecumênico do CONIC em nível global, mantém há várias décadas um programa de diálogo inter-religioso. Nesta caminhada, por diversas vezes formulou diretrizes para o diálogo. Do documento “*Orientações para o diálogo e as relações com pessoas de outras religiões*”, de 1979, ressaltamos:

*Muitos cristãos têm tido dificuldades em aceitar a realidade de outras tradições religiosas ou em relacionar-se de forma criativa com elas. Como cristãos, entretanto, acreditamos que o Espírito de Deus opera de formas que não estão ao alcance do nosso entendimento (cf. Jo 3.8). A atividade do Espírito está além das nossas definições, descrições e limitações. Deveríamos tentar discernir a presença do Espírito onde houver “amor, alegria, paz, paciência, benevolência, bondade, fidelidade, mansidão e domínio próprio” (Gl 5.22-23). O Espírito de Deus está gemendo com o nosso espírito. O Espírito opera no sentido de realizar a redenção de toda a ordem criada (Rm 8.18-27).*

Com esta convicção, queremos promover uma identidade religiosa que se assumida e comprometida, porém aberta ao diálogo. Para fundamentar tal atitude, oferecemos, a seguir, reflexões bíblico-teológicas.

## **2. FUNDAMENTOS BÍBLICOS E TEOLÓGICOS**

### **2.1 Testemunho bíblico: atitudes de diálogo e de distanciamento**

Na relação com outras religiões, a Sagrada Escritura apresenta, simultaneamente, atitudes de diálogo e de distanciamento. As atitudes de diálogo revelam o empenho, primeiro dos israelitas e depois dos cristãos, de inculturarem a fé no mundo de seu tempo, com respeito às demais religiões e culturas. As atitudes de distanciamento, por sua vez, revelam a necessidade de se manterem firmes e fiéis no compromisso da própria fé e de serem profetas do Deus vivo e verdadeiro revelado na história da salvação.

#### **a) A atitude do diálogo**

A Escritura dá frequentes exemplos de como o povo de Israel, para dar testemunho de sua fé no Deus libertador, tem simpatia com pessoas estrangeiras e estabelece diálogo com os povos vizinhos. Os israelitas e, depois, os cristãos têm simpatia pela figura misteriosa de Melquisedec, sacerdote e rei estrangeiro que abençoa Abraão (*Gn 14,17-20*) e que, com a bela expressão “segundo a ordem de Melquisedec”, será recordado no Antigo Testamento como figura dos reis de Israel (*Sl 110/109,4*) e no Novo Testamento como figura do sumo e eterno sacerdote, Jesus Cristo (*Hb 5,10; 6,20; 7,1-25*).

Judeus e cristãos recordam o adivinho estrangeiro Balaão que, chamado para amaldiçoar o povo israelita, teve que abençoá-lo por ordem de Javé (*Nm 22,5–24,25; Dt 23,4-6; Js 24,9; 2 Pd 2,15; Jd 11; Ap 2,14*). Reconhecem o rei persa Ciro como mediador da salvação de Deus para o povo (*2 Cr 36,22; Esd 1,1; 5,13; Is 44,28; 45,1; Dn 1,21*). Louvam a viúva de Sarepta pela acolhida feita ao profeta Elias (*1 Rs 17,9; Lc 4,26*). Elogiam a fé do sírio Naamã no poder do profeta Eliseu (*2 Rs 5,1-27; Lc 4,27*). Apreciam a conversão da estrangeira e idólatra cidade de Nínive, com a qual Deus se mostra benevolente, salvando seus 120.000 habitantes, um número simbólico para designar a dimensão universal da salvação (*Jn 3,5-10; 4,11; Mt 12,40-41; Lc 11,29-32*).

Na reflexão dos sábios, cresce ainda mais a simpatia para com os outros povos e a humanidade: “O amor de Javé enche a terra” (*Sl 33/32,5*). “A sabedoria de Deus se delicia com a humanidade” (*Pr 8,31*).

Também Jesus Cristo deu exemplos de diálogo e simpatia para com o diferente, no anúncio e início do Reino de Deus. Escolheu discípulos e apóstolos de diversas condições e categorias sociais e religiosas. Lembrou estrangeiros conhecidos dos

israelitas como modelos de fé e conversão: a viúva de Sarepta, o sírio Naamã, os ninivitas, a rainha do Sul (*Lc 4,26-27; 11,31-32; Mt 12,41-42*).

Jesus foi amistoso e até solidário com os samaritanos, considerados hereges pelos israelitas. Apresentou um samaritano como protótipo do amor ao próximo e, portanto, do amor a Deus (*Lc 10,25-37*). Não se defendeu quando os judeus o insultaram chamando-o de "samaritano", por lhes ter desmascarado a idolatria (*Jo 8,41-50*). Não se deixou guiar pelo ódio dos discípulos que pediram o fogo do céu quando os samaritanos recusaram hospitalidade a ele e seu grupo (*Lc 9,53-54*). Deteve-se longamente conversando com uma samaritana, reconhecendo nela e em seus conterrâneos pessoas abertas à salvação trazida pelo Messias (*Jo 4, 1-42*). Apresentou um leproso samaritano como modelo de agradecimento entre outros nove judeus que não souberam agradecer (*Lc 17, 11-15*).

Consciente da destinação universal de sua proposta salvífica, Jesus ampliou sua missão para todos os povos, "para o outro lado do mar" (*Mc 4,35*), "para a região de Tiro e Sidônia" (*Mc 7,24*). Iniciou a sua atuação evangelizadora no estrangeiro pela libertação do homem de Gerasa (*Mc 5,1-20*), que entendeu e aceitou o convite de Jesus para ser, por sua vez, um evangelizador (*vv. 18-20*). Deixou-se questionar por uma mulher estrangeira, que foi a primeira pessoa a vencê-lo num debate, pela força dos argumentos (*Mc 7,24-30*) e pela grandeza de sua fé (*Mt 15,21-28*).

Em suas viagens ao estrangeiro, Jesus integrou pessoas forasteiras na comunidade de Israel, oferecendo-lhes de modo paralelo os mesmos dons salvíficos concedidos anteriormente a membros do povo escolhido: exorcismo em Cafarnaum e na região dos gerasenos (*Mc 1,21-28 e 5,1-20*); cura da hemorroíssa, da filha de Jairo, chefe da sinagoga e da filha da siro-fenícia (*Mc 5,22-43 e 7,24-30*); pão para os galileus sem pastor e para os estrangeiros famintos (*Mc 6,34-44 e 8,1-9*); curas populares em Cafarnaum e em Genesaré (*Mc 1,32-34 e 6,54-56*).

Os evangelistas refletiram em seus escritos essa abertura e simpatia de Jesus para com os diferentes. Recordam como modelos de fé e de discipulado pessoas estranhas ao círculo dos judeus fiéis ao judaísmo oficial: o oficial romano que provocou a admiração de Jesus (*Mt 8,10*); o desconhecido que expulsa demônios em nome de Jesus, mesmo não pertencendo à sua comunidade: "Não o impeçais, pois não há quem faça milagres em meu nome e, logo depois, possa falar mal de mim. Aquele que não está contra nós é a favor de nós" (*Mc 9,39-40*). Há, ainda, os que se comprometem com os necessitados, independentemente da religião professada (*Mt 25,31-46*); o centurião romano, representante do exército romano, que confessa a fé na divindade de Jesus (*Mc 15,39*). Os estrangeiros também são chamados a entrar no Reino de Deus (*Mt 8,10-11; 11,20-24; 25,34*).

Paulo, no areópago de Atenas, começou elogiando a fé dos atenienses (*At 17,22-23*). Deixou consignada em sua tradição a certeza de que Deus quer que todos se salvem (*1 Tm 2,3*). Em suas viagens evangelizadoras, foi quase sempre bem recebido nas cidades por onde andava.

Enfim, no Novo Testamento há nítidas passagens que revelam como a salvação cobre toda a história, independentemente da religião que pessoas e povos professam, insistindo na universalidade da lei natural ou da consciência ética pela qual se manifesta a vontade salvífica de Deus (*Rm 2,6-16*); na universalidade da salvação realizada por Jesus (*Mc 10, 45; 1Tm 2,3; 1 Pd 3,19ss; 4,6*); nas perspectivas pan-cósmicas e pan-históricas da redenção efetuada por Cristo (*Ef 2,11-22; 4,4-6; Cl 1,15-20; 2,9-10; 3,11*).

## **b) A atitude de distanciamento**

Se há na Escritura apelos ao diálogo com outras culturas e religiões e registro de sua prática, encontramos também muitos exemplos de distanciamento dos filhos de Israel, do próprio Senhor Jesus e de seus seguidores. Trata-se de gestos e expressões de cautela e precaução que revelam o cuidado para não se deixarem levar por tradições e costumes que, segundo sua própria fé, poderiam cair na negação de Deus ou num falso irenismo ou na indiferença religiosa.

A firme adesão a uma identidade religiosa e a convicção exclusiva da posse da verdade levavam os israelitas a afirmarem o monoteísmo estrito em séria polêmica contra a idolatria, ou seja, a crença em falsas divindades dos povos vizinhos. Elias e todos os profetas se opõem firmemente aos ídolos estrangeiros. Os ídolos são vaidade e obra ridícula (*Jr 10,15*), obra de mãos humanas, coisas mortas, carentes de sopro vital (*Jr 51,17*), nada (*Is 44,9*), vazio (*Jr 2,5;16,19*), mentira (*Jr 10,14; Am 2,4*), demônios (*Dt 32,17*).

Há formulações bíblicas que mostram Israel como um povo separado que não pode conviver com o diferente. Como paradigma da crítica de Israel às crenças e tradições religiosas dos povos vizinhos, serve a seguinte citação: “Quando Javé seu Deus as entregar a você, você as vencerá e as sacrificará como anátema... Vocês devem tratá-las da seguinte maneira: demolir seus altares, destruir suas estelas, arrancar seus postes sagrados e queimar seus ídolos. Pois você é um povo consagrado a Javé seu Deus” (*Dt 7,2.5-6*).

Em Jesus, temos: uma primeira negativa em atender a mulher siro-fenícia (*Mc 7,27*), a condenação das tiranias (*Lc 22,25*), a rejeição da religião perversa como era proposta pelos fariseus e sacerdotes (*Mt 23,1-36; Mc 11,15-18.27-33*), a condenação do pecado do mundo (*Jo 16,33; 17,9.14-16*). Ele também disse: “Quem não é por mim, é contra mim; e quem comigo não ajunta, espalha” (*Mt 12,30*).

Em Paulo, a distinção entre a sabedoria do cristianismo e a presunção da lei dos judeus e da razão dos greco-romanos é básica para entender sua avaliação crítica do diferente. Sua grande preocupação é deixar claro que a fé cristã é a única possibilidade de salvação. Ele condena a substituição do verdadeiro Deus pelo ídolo mentiroso (*Rm 1,25*), o que significa culto à criatura e não ao Criador. A adoração de realidades criadas que são absolutizadas e divinizadas é idolatria, é um desvio religioso, que tem graves consequências morais (*Rm 1,23s*). Em sua crítica à idolatria, Paulo é bastante duro e intransigente, sem a menor sensibilidade pelos valores positivos possivelmente encontráveis nas diferentes culturas, valores como a sincera busca de Deus, que ele mesmo teria detectado e apreciado em seu encontro com os atenienses, como mencionamos acima (*At 17, 22-31*).

Se entre as nações o problema é a idolatria de coisas criadas, no mundo judeu, o problema é a idolatria da lei e das obras, a prática legalista da lei, isto é, o orgulho, a autossuficiência e, enfim, a infidelidade na prática (*Rm 2,13*). Pois fomos salvos e chamados à santidade, “não em virtude de nossas obras, mas em virtude do seu próprio desígnio e graça” (*1 Tim 1,9*). Para sintetizar Paulo, bastaria lembrar seu convite a não se conformar com a realidade deste mundo (*Rm 12,2*).

Como se pode perceber, nesta breve visão geral, há mais atitudes de diálogo e abertura do que de distanciamento e precaução.

## **2.2 Fundamentos teológicos**

Hoje, na busca de diálogo, com base numa sadia e desafiadora teologia da criação que não permite atitudes condenatórias prévias, somos chamados a estudar a cultura da pós-modernidade e, nela, o pluralismo religioso, hoje constatado como fato e, por muitos, aceito como princípio. Para isto, é preciso tanto uma postura de abertura e

diálogo, quanto de identidade na fé em Cristo. Nossa fé no Deus criador e no Cristo redentor nos coloca diante da dinâmica universalizadora do Espírito Santo, que sopra onde quer e está presente, desde a gênese do mundo, em todas as nações, culturas e religiões (*Jo 3,8*). Quem não tomar a atitude do diálogo corre o risco de entrincheirar-se, correndo sério perigo de não perceber a atuação do Espírito Santo.

Pela fé cristã, acreditamos na revelação de Deus a todos os povos, através de sua presença na natureza e na história. cremos que as sementes do Verbo e do Espírito estão presentes em todas as religiões e culturas. Deus quer que todos sejam salvos. A unicidade e a universalidade da salvação em Cristo não permitem atitudes eclesiocêntricas de fechamento. Pelo contrário, provocam-nos a uma espiritualidade da convivência e do diálogo e, até, na medida do possível, a práticas comuns de espiritualidade. Para um diálogo frutífero faz-se também necessário buscar a purificação de nossa memória, daqueles conceitos e práticas que, no decorrer dos séculos, foram forjando em nós um muro de rigidez e exclusivismo diante das diferentes religiões.

Por outro lado, é preciso estar atento aos riscos próprios do diálogo. Na ânsia de valorizar e acolher o diferente, há o perigo de abandonar facilmente a própria identidade. Contudo, sem um eixo definido da prática e do conteúdo centrais do cristianismo, não se tem o que oferecer, no diálogo, ao interlocutor. Aceita-se então o que ele oferece. Corre-se, assim, o risco de cair numa religiosidade genérica, aparentemente aconchegante e indolor, mas sem raiz e profundidade nenhuma. Ainda que carregada de valores, de ética, de cidadania, portanto de boas intenções, seria desligada do conteúdo da fé cristã, que é o mistério pascal, isto é, o reconhecimento da cruz, do sofrimento e da morte, como meio para vencer o mal e instaurar o reino da vida nova. Um cristianismo sem cruz é massa sem fermento, comida sem sal, terra sem semente. Para os cristãos, não existe diálogo sem profecia, sem distanciamento dos pecados do mundo, sem renúncia. O próprio diálogo é uma cruz. Não existirá comunhão universal enquanto não sofrermos a cruz do diálogo.

Com base numa sólida teologia do pecado, somos chamados a perceber que em todas as religiões, também na nossa, está presente uma boa dose de ambiguidade, aspectos do desumano e do anti-humano, onde muito joio aparece como trigo. Cabe apenas a Deus mandar ceifar o joio na hora da colheita (*Mt 13,30*). Mais do que condenar outras religiões por escaparem da pretensão cristã ou por deturparem a fé cristã, será preciso denunciar o que nelas – e no próprio cristianismo! – há de abuso da liberdade e de alienação da consciência. Na sociedade pós-moderna, tais males se revelam no individualismo, no consumismo, no hedonismo, na indiferença. As religiões podem, cada uma do seu jeito, apresentar um projeto alternativo a essas tendências. O ser humano, arraigado em sua fé, assume seu caráter relacional tanto na comunidade de fé, quanto fora dela. Assim, contribui para a convivência e a cidadania.

### **3 Orientações práticas**

#### **a) *O que é mesmo o diálogo inter-religioso?***

Diálogo é, acima de tudo, uma atitude de espírito, que disponibiliza a interioridade da pessoa para estar com o outro, compreendê-lo na sua verdade e possibilitar um intercâmbio de dons que enriquecem mutuamente. O espírito de diálogo indica uma atitude de respeito e de amizade que deve permear todas as atividades que constituem a missão evangelizadora das igrejas. Diálogo inter-religioso é, assim, “o conjunto de relações inter-religiosas, positivas e construtivas, com pessoas e comunidades de outras expressões de fé para um conhecimento mútuo e um enriquecimento recíproco na obediência à verdade e no respeito à liberdade. Isto inclui

seja o testemunho seja a descoberta das respectivas convicções religiosas. (Diálogo e Anúncio, 9)”.

A natureza e a razão profundas do diálogo entre as religiões não são, primeiramente, de caráter sociológico ou antropológico, mas teológico. As igrejas não realizam o diálogo inter-religioso motivadas apenas por fatores circunstanciais, como a necessidade da cooperação em projetos sociais. Sem desconsiderar a importância dessa cooperação, o ponto de partida é o reconhecimento do Espírito agindo no coração de cada pessoa e nas tradições religiosas (Semina Verbi). Isso mostra que há um só desígnio divino para cada ser humano que vem a este mundo (cf. Jo 1,9). Toda a humanidade vive, assim, o mistério de uma unidade universal, tendo a mesma origem e o mesmo fim.

Assim, o objetivo maior do diálogo inter-religioso é aprofundar o próprio compromisso religioso e responder, com crescente sinceridade, ao apelo pessoal de Deus e ao dom gratuito que Ele faz de si mesmo. O diálogo visa a conversão a uma relação mais profunda com Deus. Partilhando esse objetivo fundamental, o diálogo inter-religioso se propõe também outras metas, como a cooperação por um mundo melhor, de justiça, igualdade, liberdade e paz.

As principais formas do diálogo inter-religioso são: 1) o diálogo, como realidade dinâmica e situado nos diferentes contextos: o diálogo da vida, no qual todos têm condições de participar pela convivência social entre membros dos diferentes credos; 2) o diálogo como cooperação social pela afirmação dos valores, entre outros, da justiça, da paz, da dignidade humana, da liberdade religiosa; 3) o diálogo intelectual pelo intercâmbio dos ensinamentos religiosos; 4) e o diálogo espiritual com o intercâmbio das experiências religiosas de oração, contemplação, busca do Absoluto.

O diálogo é sempre dinâmico e situado nos diferentes contextos, de modo que a opção por uma dessas formas do diálogo depende sempre das circunstâncias, dos interlocutores e dos objetivos a que se propõe. É importante observar que todos podemos participar do diálogo, contribuindo assim com a superação de todas as formas de intolerância e violência.

#### **b) Como se relacionam diálogo e missão?**

Uma questão que exige urgente resposta é a relação entre diálogo e missão. A orientação das igrejas sobre o diálogo inter-religioso revoga o mandato missionário de Cristo? Será o diálogo um elemento fragilizador da convicção missionária dos cristãos? Como entender que missão e diálogo não se excluem, mas se exigem mutuamente para a eficácia do testemunho e da pregação do Evangelho?

A missão das igrejas consiste em anunciar o Evangelho a todas as pessoas. Este processo é constituído por: presença e testemunho, serviço de promoção humana, vida litúrgica e espiritual, diálogo, anúncio e instrução. Nesse contexto, é necessário o diálogo. Ele é, de um lado, distinto da ação evangelizadora das igrejas; de outro lado, é uma atitude e um espírito e, por isso, a norma e o estilo necessários de toda a missão cristã. Toda ação evangelizadora deve ser permeada pelo diálogo, pois ele é uma das expressões fundamentais do Evangelho de Cristo e um caminho para o Reino.

A chave para relacionar adequadamente diálogo e missão é a sensibilidade às circunstâncias específicas da missão, atendendo aos “sinais dos tempos” pelos quais o Espírito de Deus fala às igrejas também através do atual pluralismo religioso. O anúncio

do Evangelho e o diálogo são dois caminhos para cumprir a única missão das igrejas nos dias de hoje.

Enquanto o diálogo é constitutivo da missão, ele não a esgota nem a substitui. O diálogo é expressão do anúncio, a forma mesma de anunciar o Evangelho e de testemunhar Cristo relacionando-se com as diferentes pessoas. O diálogo está sempre orientado para o anúncio, no qual o processo dinâmico da missão evangelizadora das igrejas alcança a sua plenitude.

### c) **Como praticar o diálogo inter-religioso?**

Propõem-se as seguintes iniciativas para a prática do diálogo inter-religioso:

1. Na convivência social, sugere-se: a proposição da “regra de ouro” em todas as religiões - tratar o próximo como gostaríamos de ser tratados(cf. Mt 7,12); a promoção da cidadania e da ética como instrumentos para uma cultura da paz; a afirmação do princípio da liberdade religiosa como direito e responsabilidade na promoção do bem comum; o compromisso de promover a dignidade humana; o cuidado com a criação, através da promoção de uma cultura do bem viver; o incentivo ao diálogo e à convivência nos diversos espaços de educação; o incentivo para a criação de espaços seguros para conversar sobre como superar problemas urgentes, tais como: diferentes formas de violência, causas e consequências da pobreza, desigualdade de gênero, violação dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais.
2. Na vivência religiosa, sugere-se: o exercício do testemunho das próprias convicções religiosas na abertura e no respeito às convicções religiosas dos outros; a promoção de encontros inter-religiosos de estudos da história, da doutrina, da espiritualidade e da ética das diferentes expressões religiosas; a promoção dos valores essenciais da vida humana, como o amor, a compaixão, a tolerância e a honestidade; o incentivo à escuta na análise e discussão da compreensão da verdade presente nas diversas religiões; a disponibilidade para o intercâmbio de experiências religiosas que contribuam para a autocrítica e mútua aprendizagem.
3. Na dimensão espiritual, sugere-se: o seguimento de Jesus em sua simpatia e abertura para com os diferentes; o enraizamento da atitude do diálogo na própria vida espiritual pessoal e comunitária; o enfoque não apenas na emoção, mas na práxis concreta e na espiritualidade; o discernimento da multiforme ação do Espírito “que sopra onde quer” (Jo 3,8), nas diversas tradições de fé; a prática de momentos comuns de celebração inter-religiosa pública e particular; o incentivo à oferta de formas de hospitalidade inter-religiosa.